

## O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares

### RESUMO

**Juliano Luiz Fossá**

[j.fossa@unochapeco.edu.br](mailto:j.fossa@unochapeco.edu.br)

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

**Dunia Comerlato**

[dunia@unochapeco.edu.br](mailto:dunia@unochapeco.edu.br)

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

**Lauro Francisco Mattei**

[l.matei@ufsc.br](mailto:l.matei@ufsc.br)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Este artigo tem por objetivo analisar a percepção de agricultores familiares em relação ao Pronaf, em especial sobre os alcances e os desafios relacionados às atividades agrícolas desenvolvidas e ao crédito acessado. Trata-se de um estudo qualitativo e se configura num estudo de caso, na abrangência de municípios do Oeste catarinense. Reúne elementos empíricos e teóricos com base na literatura e nas informações obtidas na pesquisa de campo, realizada no período de junho a agosto de 2015, com 11 agricultores familiares. Utilizou-se da entrevista individual semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Os agricultores familiares entrevistados declaram sobre a importância do Pronaf como política pública de crédito, diretamente para a propriedade e para sua família, considerando: envolvimento político e participação de agricultores nos processos de efetivação do acesso de crédito rural na região; experiências de contratação; oportunidades de melhoria nas condições de trabalho; melhoria das condições do ambiente e vida familiares, pelo acesso a bens duráveis. O acesso aos recursos do Pronaf se torna uma condição para realizar investimentos nas pequenas propriedades, em especial, promover a inclusão socioproductiva subsidiando os meios de trabalho e de produção. Contudo, trazem consigo preocupações com os riscos de endividamento e com questões burocráticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; Pronaf; Percepção dos Agricultores Familiares.

## INTRODUÇÃO

Ao considerar o contexto histórico da agricultura brasileira, por um longo período os pequenos produtores estiveram à margem das preocupações do Estado, em termos de acesso às políticas públicas e de ações, com apoios setoriais nas questões estruturais agrícolas (SORJ, 1980). Na clássica obra de Graziano da Silva (1982), “a modernização dolorosa”, o autor evidencia a luta dos pequenos produtores em face à prevalência das grandes propriedades e à forma expansiva da fronteira agrícola sobre “suas” propriedades. Nessa lógica, os pequenos produtores foram submetidos a inúmeras formas de exploração pelas empresas mercantil-agrícolas ao longo de todo processo de modernização da agricultura brasileira (FURTADO, 1986).

Grisa e Schneider (2015) destacam que nas últimas três décadas a agricultura familiar brasileira vem ganhando espaço e reconhecimento nas estruturas ministeriais de governo. Isso se dá, por meio da formulação e implementação de políticas públicas que oportunizam, em certa medida, processos inclusivos e dinâmicos capazes de instituir uma nova trajetória de atenção aos pequenos produtores no âmbito nacional.

Desse modo, intui-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), vocalizado e requerido pela ação e lutas dos movimentos sociais de agricultores/as familiares, com o objetivo de incluir e atender o acesso a crédito em apoio às atividades sócio-produtivas nesse setor (MATTEI, 2015). Gazolla e Schneider (2013) reforçam que o Pronaf é tido como um marco da intervenção do Estado, por ser uma política pública específica para agricultura familiar, que em outros momentos históricos da conjuntura brasileira foi colocada em segundo plano, especialmente no que diz respeito ao acesso a recursos financeiros via crédito rural.

Desde a implantação do Pronaf - segunda metade da década de 1990 - a região Sul do Brasil e o estado de Santa Catarina se apresentam como os que mais concentraram os recursos repassados e efetivaram maior número de contratos. Conforme dados do Banco Central, a mesorregião Oeste catarinense, no período de 1996 a 2016, contratou mais de 60% do volume de recursos<sup>7</sup>.

Neste artigo, apresenta-se uma análise sobre a percepção de agricultores familiares em relação ao Pronaf, em especial sobre os alcances e os desafios relacionados ao acesso ao crédito e às atividades agrícolas desenvolvidas. A discussão se estrutura em três grandes itens. Inicialmente, registram-se apontamentos sobre o contexto da agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina, incluindo considerações sobre o Pronaf como política pública em apoio aos pequenos produtores no âmbito da agricultura familiar. Na sequência, abordam-se os procedimentos metodológicos que orientaram o processo de pesquisa e a análise dos dados. Na continuidade, registram-se as narrativas dos agricultores entrevistados, sobre as particularidades das atividades desenvolvidas, das condições de trabalho e a percepção sobre o acesso ao crédito via Pronaf, considerando seus alcances e desafios. Por fim, são apontadas considerações que reforçam a importância desta discussão temática e apontam perspectivas de continuidade de estudos voltadas ao segmento rural familiar.

<sup>7</sup> Dados disponíveis em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br).

## REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção irá se pautar em dois elementos teóricos sobre as ações coletivas e os contratos.

### A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Ao considerar a história do estado de Santa Catarina e as ações realizadas por seus governos desde o início do século XX no tocante ao processo migratório, Werlang (2006) indica que foi priorizada a criação de pequenas e médias propriedades instaladas especialmente na região Oeste. O sentido desse processo de colonização é observado por Renk (2000, p. 73), ao descrever que “os nexos da constituição da pequena propriedade no Oeste de Santa Catarina devem ser buscados na migração de alemães, italianos e de outras origens ao Rio Grande do Sul”.

A agricultura vivenciada nessa região, durante as duas primeiras décadas do século XX, limitava-se às atividades de subsistência. A partir daí, juntamente com as atividades de exploração da madeira, teve início a comercialização agrícola especialmente para o Uruguai e Argentina (BAVARESCO, 2005). Outra atividade econômica importante desenvolvida por décadas, e que ainda persiste na região, relaciona-se à extração e à exploração da erva-mate, que assim como a madeira foi em grande parte destinada à exportação (VALENTINI, 2015). Associada a essas atividades econômicas, desenvolveu-se a criação de suínos que, para Konrad e Silva (2012) estava vinculada à tradição alimentar dos ancestrais de colonos que viviam na Europa, exigindo pouco trabalho e requerendo pequenas áreas de terra para esse fim.

Santo (1999, p. 62) afirma que a diversificação produtiva nessa região se destaca desde o início da sua colonização, “[...] pela produção agrícola diversificada associada à criação de animais em pequenas propriedades voltada para o autoconsumo e o mercado interno”. Assim, o crescimento da produção agrícola, aliado às iniciativas do meio empresarial e associativista, originou a instalação de agroindústrias na região do Oeste catarinense (BAVARESCO, 2005).

No período entre 1940 e 1950 ocorreu a expansão dos frigoríficos na região Oeste catarinense, originários dos pequenos matadouros existentes. Para Mior (2005), a década de 1950 foi marcada pela expansão das operações formais das agroindústrias, uma vez que referida região foi capaz de desenvolver as condições básicas para se tornar referência na produção de carnes, destinada à comercialização em mercados internacionais.

Na década de 1970 essa região se consolida como um complexo agroindustrial na produção de aves e suínos, ganhando destaque os frigoríficos Sadia, Chapecó Alimentos, Perdigão e Cooperativa Central Oeste Catarinense - Aurora Alimentos (KROTH, 2016). Esse complexo agroindustrial vinculado à produção de alimentos não significou pleno desenvolvimento e melhoria das condições de trabalho e vida dos agricultores familiares da região. Ao contrário, as dificuldades e restrições vivenciadas desde o início do processo de colonização

continuaram influenciando nos modos produtivos, na capacidade de mão de obra e na geração de renda. Somado a isso, geraram processos de vulnerabilidade e de exclusão de grande parte dos agricultores familiares que conduziam suas atividades produtivas no meio rural da região (RENK; WINCKLER, 2013).

Na década de 1980 a estrutura agrícola instalada na região Oeste catarinense foi afetada pela crise econômica geral vivenciada pelo país. Dentre os principais reflexos dessa crise, destacam-se os seguintes fatores: (a) falta de recursos de crédito agrícola e o aumento das taxas de juros; (b) alta concentração em torno da produção de suínos (mesmo atrelado à policultura, a principal atividade, hierarquicamente, está vinculada à suinocultura); (c) esgotamento dos recursos naturais, causado pela exploração acima da capacidade; (d) redução da área cultivada de algumas culturas; (e) e, redução da rentabilidade de algumas culturas (TESTA et al., 1996, p. 23).

Essas circunstâncias desencadearam uma mudança estrutural no modo de produção e organização social da região oeste catarinense, além da exclusão produtiva e social de muitos agricultores familiares, o que aumentou nas décadas de 1990 e 2000. Esse processo de mudança, para Dorigon et. al. (2011, p. 2), imprimiu desafios no sentido de “encontrar atividades econômicas” que permitissem “a reprodução social de um importante contingente de agricultores familiares”. De acordo com Oliveira e Silva (2013), a produção leiteira tem se destacado nos últimos anos, posicionando-se como uma alternativa capaz de absorver uma parcela significativa de agricultores familiares. Essas alternativas de trabalho e renda assumidas por agricultores na região Oeste de Santa Catarina estão direcionadas à produção frutífera, produção de hortaliças à criação de peixes e à produção agroecológica.

### **O PRONAF: uma política pública de apoio à agricultura familiar**

A mudança de rumo no processo histórico no que se refere às políticas públicas direcionadas aos pequenos produtores contou com fatores determinantes no início da década de 1990. Para Mattei (2015) esses fatores se referem, de um lado pela luta sindical dos trabalhadores rurais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e, de outro pelos estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que estabeleceram as diretrizes de uma política específica ao conjunto de agricultores familiares.

Para o setor da agricultura familiar, a criação do Pronaf é “um marco histórico na intervenção do Estado na agricultura Brasileira” (GAZOLLA, 2004, p. 154). Esse Programa emerge “[...] como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p. 46). Nesse sentido, a criação do Pronaf cumpriu duas importantes demandas. A primeira delas, por atender uma reivindicação histórica dos movimentos sociais no que se refere ao financiamento de atividades produtivas no âmbito da agricultura familiar. A segunda, pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar e o seu papel de destaque na estrutura e organização do setor rural (SCHNEIDER;

MATTEI; CAZZELA, 2004). Assim, a importância social da agricultura familiar eleva o Pronaf como um programa governamental estratégico para o desenvolvimento rural (MATTEI, 2006).

No Brasil, as diretrizes na concepção do Pronaf se basearam em referências européias, “[...] principalmente da França, que elegeu a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se efetivou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural” (CARNEIRO, 1997, p. 71). Outro aspecto valorizado com o surgimento do Pronaf foi o da identidade do agricultor familiar. Sobre isso, Rambo e Bonamigo (2014, p. 58) argumentam que por meio desse Programa se estabelece “[...] além de crédito para custeio e investimento, a consolidação da identidade desta categoria específica, que desde a metade do século XX buscava ser reconhecida”.

A finalidade do Pronaf, segundo Aquino e Schneider (2010, p. 2) está em “[...] combater as desigualdades sociais e regionais que marcaram as políticas estatais tradicionais voltadas para estimular a modernização tecnológica da agricultura brasileira” Nessa perspectiva, estabeleceram-se as condições legais para concessão de crédito aos pequenos produtores, com avanços ao longo dos anos. A respeito, Mattei (2006, p. 470) refere que “[...] o Pronaf é uma política pública que vem sofrendo aperfeiçoamentos sequenciais, no sentido de transformá-la efetivamente num instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares em todos os municípios e regiões.”

De forma individual ou coletiva, o Pronaf tem financiado pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, oferecendo menores taxas de juros em relação a outros tipos de financiamentos rurais existentes. Sousa e Valente Junior (2006, p. 6) pontuam que “[...] o programa também busca incentivar a agroecologia, o turismo rural, a aquisição de máquinas e equipamentos e custeio de alimentos básicos”. A concessão de crédito rural, com juros subsidiados e prazos adequados para saldar o pagamento, posicionou o Pronaf “[...] fundamental para que os agricultores familiares pudessem financiar a aquisição de novas tecnologias, para o aperfeiçoamento dos recursos de produção e modernizar a infraestrutura produtiva [...]” (TOLEDO, 2009, p. 60).

Na visão de Sant’Anna e Ferreira (2006), a partir da implementação do Pronaf o crédito rural se torna um dos instrumentos mais importantes em relação ao aumento da produção, crescimento da renda agrícola e do desenvolvimento no meio rural. Entretanto, lembra Toledo (2009), que o acesso ao Pronaf passa a ser uma necessidade constante. Ou seja, em certa medida o agricultor se mantém dependente, configurando um “círculo vicioso”.

Não obstante, o acesso ao crédito deve estar associado a outras condições para possibilitar a superação das dificuldades que caracterizam o meio rural familiar, envolvendo em especial, os agricultores menos capitalizados. Ressalta-se também sobre a necessidade de avanço em relação às linhas específicas de financiamento do programa, visando o apoio a grupos fragilizados (SPANVELLO; MATTEI; BOSCARDIN, 2016).

A expansão do Pronaf se vincula com a expansão das cooperativas de crédito rural no país no sentido de possibilitar a inserção e participação de agricultores familiares. As iniciativas desse modelo cooperativo de crédito têm seus registros no Brasil desde o início do século XX. Mas, segundo Cazella e Berriet-Sollic (2008), é somente a partir dos anos de 1980 – Pós Regime Militar - que se

fortalecem as ações em torno dessas cooperativas como alternativa de acesso ao crédito para o segmento rural familiar. Nesse sentido, Picinatto et al. (2000) apontam que as cooperativas de crédito rural se caracterizam por serem gerenciadas pelos agricultores familiares, diferenciando-se do modelo bancário tradicional. Para Búrigo (2007), é a partir da década de 1990, com a ampliação das possibilidades liberadas pelo Banco Central em relação à atuação das cooperativas de crédito rural, que se expandem as atividades em todo território nacional.

Mattei (2006), ao avaliar os 10 anos do Pronaf e Bianchini (2015), ao tecer análise dos 20 anos de sua criação, reforçam que o avanço do referido Programa pode ser reconhecido pelo fato de se estabelecer como uma política pública de apoio ao segmento rural familiar. Entretanto, ambos ressaltam a necessidade de aprimoramento, tanto em termos financeiros - recursos e número de contratos, como em termos de efetividade - transformação na realidade do meio rural familiar brasileiro.

## O ESTUDO E SEUS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão está orientado pela abordagem qualitativa, caracterizado como estudo de caso descritivo de um grupo de agricultores familiares, na abrangência de municípios do Oeste catarinense. Stake (2000) define o estudo de caso como o estudo do específico, uma investigação científica que se limita ao estudo de um objeto. Na visão de Yin (2015, p. 24), “[...] o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real [...]”. Em complemento, Alves-Mazzotti (2001, p. 650) define estudo de caso como sendo “investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados [...]”.

O estudo de caso descritivo para Godoy (2007) é aquele que apresenta um relato detalhado de determinado fenômeno social. Envolve o estudo dos fenômenos e procura ilustrar a complexidade das situações e aspectos que permeiam os fenômenos. Esse tipo de estudo de caso se orienta pela não formulação de hipóteses prévias na busca de informações sobre os fenômenos estudados (GODOY, 2007).

A unidade de análise ou o “caso” neste estudo constitui-se num grupo de agricultores familiares. A escolha desses agricultores foi apoiada por um “informante-chave”, trabalhador na Cooperativa Cresol Chapecó, considerando dois critérios básicos: (1) ter contratado crédito do Pronaf no ano de 2013, via Cooperativa Cresol Chapecó - esse recorte temporal de dois anos antes da pesquisa de campo ocorrer, em 2015, levou em conta o acúmulo de experiência adquirido pelo crédito contratado; (2) estar associado à essa Cooperativa, com volume de crédito contratado não superior a R\$ 10.000,00 - o que corresponde ao enquadramento desses agricultores nas fases de subsistência e/ou em transição<sup>8</sup>.

A escolha pela Cooperativa Cresol Chapecó se deu em razão de ser a única agência bancária com interação solidária, que atua na região Oeste catarinense.

<sup>8</sup> Detalhes, consultar Testa et al. (1996).

Ainda, por instituir como um dos seus princípios, “o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar e a gestão da organização pelos próprios agricultores familiares”.

A entrevista como instrumento de coleta de dados pautou a realização da pesquisa de campo. Optou-se pela utilização de um roteiro semiestruturado, no sentido de guiar sua realização e tornar possível captar outros aspectos, que não os elencados previamente. Foram realizadas entrevistas com 11 agricultores familiares, seis residentes em Chapecó (A, C, D, E, F e G), dois em Guatambu (B e I), dois em Nova Itaberaba (H e J), e um em Cordilheira Alta (K). Esses municípios configuram a área de atuação da Cooperativa Cresol Chapecó. Os agendamentos das entrevistas ocorreram previamente por telefone e aconteceram em dois momentos. O primeiro contato foi realizado com pelo menos 15 dias de antecedência da data prevista para a realização das entrevistas e o segundo momento, um dia antes, para confirmar a disponibilidade e situar referências de localização da propriedade rural. O Quadro 1 a seguir, identifica os municípios, as comunidades, os agricultores entrevistados e o número de entrevistas realizadas.

**Quadro 1 – Relação dos municípios, comunidades, identificação dos agricultores entrevistados e número de entrevistas realizadas.**

Municípios	Comunidades/localidades	Identificação dos entrevistados	Entrevistas realizadas
Chapecó	Faxinal dos Rosas	A	01
	Cabeceira da Divisa	C	01
	Boa Vista	D	01
	Simonetto	E	01
	Tafona	F	01
	Colônia Cella	G	01
Cordilheira Alta	Bento Gonçalves	K	01
Guatambu	Porto Chalana	B	01
	Flor	I	01
Nova Itaberaba	Bela Vista da Taquara	H	01
	Amizade	J	01
			<b>Total 11</b>

Fonte: Elaboração dos autores.

A análise dos dados coletados foi pautada pela análise de conteúdo. Na perspectiva de Patton (2000) a análise de conteúdo é utilizada para se referir ao procedimento de redução de dados qualitativos e procura evidenciar as consistências e significados. Em complemento, Vergara (2015) compreende que a análise de conteúdo é uma técnica para tratamento de dados brutos que busca identificar o que está dito sobre determinado tema e classificar na forma de categorias conceituais (BARDIN, 2016).

A organização dessa análise se baseou em três momentos: - pré-análise; - exploração do material; - e, tratamento dos resultados (interpretação). Associado a isso, realizou-se um processo de categorização que pode ser entendido como sendo “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.” (BARDIN, 2016, p. 147). Assim, trabalho e propriedade rural,

acesso ao crédito rural via Pronaf; finalidades na utilização dos recursos e os alcances obtidos conformam as categorias de análise, neste estudo.

### **OS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS: SUAS VIVÊNCIAS E PERCEPÇÃO SOBRE O PRONAF**

Para Zanini e Santos (2015) o trabalho na agricultura familiar (assim como em outros setores) é condição fundamental para garantir o sustento de indivíduos e grupos familiares e oportunizar relações sociais. O trabalho familiar é valoroso como um processo na reprodução social e uma das principais características das pequenas propriedades no setor da agricultura familiar (RENK; DORIGON, 2014). Nas pequenas propriedades rurais, o trabalho é focalizado pela divisão sexual entre homens e mulheres e pelas demais condições sociais da família, como sexo, relações de poder e penosidade (MOTA et al., 2015).

Os processos de transformação instituídos no mundo do trabalho capitalista ao longo de décadas, em especial a partir de 1970, têm gerado modificações substanciais que incidem na organização e condições de trabalho e nos modos de produção (GRANEMANN, 2009). No contexto do setor rural, esses processos atingem diretamente a dinâmica do trabalho familiar. De um lado, a “liberdade de ser proprietário” pode ter efeito positivo, decidindo pela gestão da propriedade como um aspecto importante para o segmento dos agricultores familiares - o que produzir, quanto produzir e como produzir. De outro, essa “liberdade” poderá se colocar como uma das razões para que os agricultores familiares resistam em dar continuidade às atividades rurais, ao levarem em conta as exigências impostas pela lógica capitalista de produção.

Além das questões levantadas, “a entrada” do capitalismo nas pequenas propriedades rurais impôs transformações substanciais no trabalho (SEYFERTH, 2015). As principais alterações estão vinculadas à submissão e à perda da autonomia do agricultor na gestão de sua propriedade, quando é “forçado” a efetuar compras de insumos e demais serviços técnicos da empresa na qual está integrado/associado.

Os agricultores familiares entrevistados, em sua totalidade, são descendentes europeus, de origem italiana que há mais de sessenta anos migraram do estado do Rio Grande do Sul para a região Oeste de Santa Catarina. Esse processo migratório, partindo do estado do Rio Grande do Sul, ocorreu em toda essa região, principalmente, devido às ações conjuntas entre as companhias colonizadoras e o Estado (WERLANG, 2006).

As famílias desses agricultores se diferem em relação à composição e grupo de conviventes. Em quatro delas (C, E, G e H) pais e filhos convivem entre si; genros, noras e netos integram o grupo de conviventes familiares de outras quatro (A, D, F e J); em outras duas (B e K) pais e filhos convivem com seus avós; e, em uma apenas (K) pais, irmã, cunhado, sobrinho e tio convivem como grupo familiar na pequena propriedade agrícola, uma vez que agricultor entrevistado reside com sua esposa no município sede de Cordilheira Alta. Em relação à idade, a maioria dos agricultores entrevistados tem entre 50 e 65 anos – agricultores A,



D, F, H, I e J; outros quatro entre 30 e 50 anos – agricultores C, E, G e K; e um apenas entre 20 e 30 anos - agricultor B.

Quanto ao tamanho da propriedade rural, todas elas se enquadram nos pressupostos institucionais da agricultura familiar, conforme estabelece a Lei n. 11.326/2006. Entre as propriedades visitadas há uma variação nesse aspecto: as menores propriedades são aquelas dos agricultores D e K, com 4,8 e 5,0 hectares, respectivamente. As unidades produtivas de tamanho médio pertencem a oito agricultores, cujas áreas variam de 7,2 a 20 hectares. As maiores dessas propriedades, com 24,5 a 34,5 hectares, pertencem aos agricultores A e J.

Essa condição de pequenas propriedades – característica da agricultura familiar na região Oeste Catarinense - é lembrada por Vicenzi (2008, p. 19), ao apontar que “[...] a companhia colonizadora Bertaso incentivava os migrantes a adquirir pequenos e médios lotes rurais no oeste de Santa Catarina.” O tamanho da propriedade e a propriedade em si são observados por alguns dos agricultores entrevistados. O agricultor E comenta que a área de sua terra “[...] é pequena. [...] tendo as vacas tem que fazer pastagem, porém não tem outro meio de plantar outras coisas porque não tem terra [...] é só para o gado de leite mesmo”. Do mesmo modo, o agricultor C comenta ser sua propriedade também pequena e, por isso, a produção “basicamente a maior parte, é fruticultura que é trabalhada com produção orgânica.” Por sua vez, o agricultor B relata que adquiriu “[...] mais um pedacinho [...] uns 500 metros, como na nossa tinha pouca água foi adquirido mais um pedacinho, porque tem fonte de água para abastecer os aviários e as vacas. E daí a gente trabalha em cima disso”.

Em relação ao que é cultivado/produzido nas propriedades dos agricultores entrevistados, verificou-se a existência de produção de alimentos para o autoconsumo familiar. No entanto, apresentam diferenças em relação à variedade, diversificação e desenvolvimento dessa produção. As afirmações a seguir retratam esse fato: “[...] a gente tem para autoconsumo familiar e algumas para vender também o excedente”. (AGRICULTOR C).

[...] a gente sempre produz na propriedade, o que a gente compra é coisa básica [...], por exemplo, até farinha de trigo quando planto o trigo já coloco para armazenar o que seria para consumo, eu faço a troca. A gente compra o mais essencial do tipo detergente que ninguém comprava, mas hoje tem que comprar, [...] o sistema capitalista está aí. (AGRICULTOR J).

Essa condição de produção para o autoconsumo que caracteriza as propriedades desses agricultores é problematizada por Gazolla (2006, p. 85), ao referir que “a mercantilização da produção para autoconsumo configura uma situação em que o agricultor deixa de produzir os seus alimentos no seu estabelecimento e passa a adquiri-los nos mercados”. O que refere Gazolla (2006) é corroborado pelas falas dos agricultores F e J, ao alegaram a “proibição” das empresas [agroindústrias] com as quais estão integrados: “[...] a gente produzia hortaliça, carne, ovos agora a gente está comprando. A gente não pode produzir por causa da integração, a empresa não aceita da gente ter galinha em casa, daí a gente acaba comprando senão praticamente produziria em casa” (AGRICULTOR J). “A empresa não deixa criar porco, ou frango particular, temos que comprar. O leite e o queijo sim. Daí, nós não estamos vendendo o leite, fazemos queijo para o consumo próprio, alguma coisa se vende” (AGRICULTOR F).

Quanto à integração com agroindústrias e laticínios, apenas duas propriedades não se vinculam a esse sistema produtivo: uma, em razão da dedicação à fruticultura; outra, pela decisão de seus familiares, tendo em vista a demanda constante de investimentos financeiros em infraestrutura e, em certa medida, a insegurança para adquirir créditos bancários. O sistema de integração na produção de leite é mantido em sete propriedades, na produção de aves em cinco e na produção de suínos em duas delas. Uma única propriedade mantém essas três produções em sistema de integração, apresentando-se desenvolvida em termos de produção, capital social e de equipamentos. Esta condição é reconhecida por Konrad e Silva (2012), como a versatilidade do setor familiar em encontrar os meios de produção e de se adaptar às exigências do referido sistema.

Sobre aspectos que marcaram (e ainda marcam) as lutas para instituir e acessar crédito direcionado à agricultora familiar, os agricultores entrevistados A, I, J, K e F narram fragmentos de uma trajetória:

[...] eu estava no sindicato quando a gente começou as primeiras lutas. Daí foi feito em conjunto a luta pelo Pronaf, que não era só a luta pelo Pronaf. Na verdade, naquela época a nossa luta era por uma linha de crédito específica para agricultura familiar, que não existia. Existia só um tipo de financiamento, que daí o juro era aquele igual para todos, para os grandes e para os pequenos, tudo era a mesma coisa. A gente queria uma linha de crédito diferenciada para agricultura familiar e daí começou a história de convencer a sociedade, governo, poder público que existia uma diferença entre agricultura familiar camponesa e a agricultura do agronegócio. (AGRICULTORA A).

O agricultor I enfatiza que em tempos atrás não havia linha de crédito para os pequenos agricultores: “[...] hoje o pequeno tem o pró-agro, tem o seguro agrícola, tem investimento se quiser [...]. O pequeno [produtor] que se virasse, que fizesse do jeito que dava, não podia adubar lavouras, não tinha dinheiro para isso, daí colhia mal”; e, o agricultor K assinala que atualmente o acesso é “possível, fácil de acessar, não tem aquela burocracia”. A experiência do agricultor F no acesso ao crédito começa com o custeio de lavoura, “até porque [...] quem consegue o financiamento tem garantia também do seguro [...]”.

Sempre faço Pronaf, que é uma garantia se der uma frustração de safra. [...] eu sempre peguei. Eu tenho encaminhado, deve sair daqui uns dias e eu na verdade nem vou usar, eu pego e na hora aplico o dinheiro em poupança, o que acaba sobrando uma pequena margem inclusive e a lavora eu ‘toco’ com recursos próprios. O Pronaf, o agricultor que sabe pegar e aplica bem certinho, só tem a crescer, não perde dinheiro. (AGRICULTOR J).

Minha primeira experiência de contrato com o Pronaf foi no ano de 1997. Eu não fui à Cresol porque ainda não existia. Eu fiz para comprar cinco novilhas, aí eu comprei essas cinco novilhas eu trabalhava com área de leite depois disso eu fui melhorando meu plantel, mas não precisei mais financiar para comprar novilhas. [...] Depois eu fiz mais uma primeira experiência para fruticultura tinha uma resistência no caso do Banco do Brasil eles diziam que fruticultura na nossa região não estava dentro dos estudos por que

se tinha uma política até mesmo das entidades de que a região tinha que produzir grãos e carne [...]. Como eu tinha pouca terra eu queria uma alternativa que aumentasse renda e empregasse toda a mão de obra. Nós planejamos toda a propriedade, fazia feira também com quatro pessoas e investimos nessa parte. Com esforço conseguimos o primeiro financiamento para investir um pouco em fruticultura. Depois disso veio a Cresol, a gente continuou ampliando os financiamentos na fruticultura [...]. Estamos fazendo mais [financiamento] para viabilizar a industrialização do suco de uva, tudo através do Pronaf. (AGRICULTOR C).

O vínculo com a Cooperativa Cresol Chapecó, como agência financiadora dos recursos do Pronaf, é registrado de modo intenso e efetivo. Destacam-se a fala da agricultora A e dos agricultores C e I, com sentimento de satisfação e de orgulho, ao se identificarem sócio-fundadores. “Aqui em Chapecó eu sou a sócia-fundadora da Cresol. Das 21 pessoas que precisava para fundar o meu nome está lá desde o começo” (AGRICULTORA A). “Sou sócio-fundador. Fui uns dos primeiros, aqui de Guatambu. O Banco do Brasil estava **matando a gente**” (AGRICULTOR I, grifo dos autores).

Sim, eu sou um dos sócio-fundadores. Quando foi fundada a Cresol eu fazia parte de um grupo que fazia um curso coordenado pela Fetraf, que era o chamado de terra solidária e dentro desse curso foi feito todo um debate da criação da Cresol e me convidaram para fazer parte já na primeira diretoria e, sem entender muito eu fui o primeiro vice-presidente. Depois dali, eu me afastei um pouco porque eu fui pra faculdade daí não tinha muito tempo depois terminei a faculdade daí voltei para diretoria. (AGRICULTOR C).

A referida Cooperativa acumula 15 anos de existência em Chapecó. Para a maioria dos agricultores entrevistados, o tempo de participação como associado varia entre 10 a 15 anos, sendo que quatro entrevistados estão associados desde sua criação; um há 14 anos; e, três, entre dez e 11 anos. Os demais detêm entre quatro a cinco anos como associados da referida cooperativa. Além da satisfação de três deles serem sócio-fundadores, todos os demais agricultores entrevistados reconhecem de modo positivo o trabalho desenvolvido pela Cooperativa Cresol Chapecó, no que se refere ao atendimento prestado, à própria valorização do agricultor como associado e pertencimento no segmento rural familiar. “A gente tem financiamento nos dois bancos [Banco do Brasil e Cresol], mas a Cresol é mais simples você chega lá e tem gente [para atender], há empréstimos mais pequenos, assim é fácil. É grande o diferencial”. (AGRICULTOR F).

Eu chamo atenção, porque na verdade eu quando tenho reuniões, uma palestra, tento participar porque quando a gente vai num pequeno evento buscar só uma palavra de aproveitamento, já é lucro. [...]. É uma instituição financeira que está aí para te ajudar e não para visar tanto lucro. Eu tenho custeio de lavoura. Faço tudo na Cresol, tenho conta lá, tenho ‘uns troquinhos’. A Cresol me chama a atenção nesse sentido porque ela é voltada mais para a agricultura familiar para tentar segurar o agricultor lá nas raízes dele, na propriedade. (AGRICULTOR J).

A experiência de contratação de financiamento rural, antes mesmo do surgimento do Pronaf, é destacada pelo agricultor A, ao narrar que: “[...] desde os anos de setenta e quatro eu lidava com financiamento, fiz o primeiro aviário eu ainda era solteiro, morava lá com o pai e desde lá comecei a lidar com o banco

e nem tinha idade [...]”. (AGRICULTOR A). Sobre o estágio atual de acesso ao Pronaf, Bianchini (2015, p. 70) afirma que “o programa está presente na quase totalidade dos municípios do território nacional, é executado de forma descentralizada e conta com a participação de instituições governamentais e não governamentais”, e ainda destaca que “as cooperativas de Crédito Rural também têm uma ativa participação na aplicação do Pronaf”.

A importância do acesso é reforçada pelo agricultor F, ao enfatizar que “nós não estaríamos mais na roça se não tivesse o financiamento [do Pronaf]”. Nessa lógica, o Agricultor E valoriza a vontade de trabalhar e a oportunidade de acesso ao crédito ao afirmar que “[...] o cara que tem vontade de trabalhar mesmo na agricultura, pode pegar um crédito que tem para investir. Porque teve muita gente que eu sei que pegou esse dinheiro e fez outra coisa e não investiu em nada e hoje está com dívida para pagar”. O agricultor K, mesmo tendo restrita experiência em acessar crédito do Pronaf, explica: “[...] como nós estávamos no forte de lidar com as vacas, aí financiei uma vaca no Pronaf mais alimento”.

Sobre a fase inicial do Pronaf, a Agricultora A e o Agricultor I ponderam que os critérios exigidos por agências bancárias dificultaram o acesso ao financiamento nesse Programa, sendo que o principal entrave era o requisito do avalista. Isso gerou uma organização entre agricultores com interesse de acessar crédito do Pronaf, que em grupos de cinco a 10 pessoas efetuavam financiamento conjunto, um avalizando o outro. No entanto, essa estratégia acabou gerando problemas para o conjunto desses tomadores de crédito, pois se um agricultor deixasse de pagar o financiamento, ele acabava impedindo que os demais integrantes do grupo efetuassem um novo financiamento, pois todos do grupo ficavam em situação de inadimplência. “No começo tinha aquele Pronaf do grupo, teve casos que foi a perda dos agricultores. Eu escapei, até hoje, mas [alguns agricultores] estão endividados no banco. Depois melhorou, ficou individual” (AGRICULTOR I).

[...] formava os grupinhos, porque o banco precisava de avalista, se não ele não largava o dinheiro, ele tinha medo do agricultor não devolver, daí a gente formava os grupinhos de cinco ou dez agricultores, conforme o local. Um era o avalista do outro, pegava um montante de dinheiro em conjunto e distribuía nesse grupo e um assinava a carta para o outro. Deu muito problema, porque às vezes um do grupinho não podia pagar e daí os outros não podiam financiar de novo sem que aquele pagasse. Começou a dar briga entre os agricultores, não dava certo, fomos lutando até que modificaram e cada um pegou [o financiamento] individual. (AGRICULTORA A).

Entre os 11 agricultores entrevistados, 10 deles possuem larga experiência em acessar crédito via Pronaf, utilizando-se da agência Cresol Chapecó. Somente o agricultor K foi quem firmou apenas um contrato para investimento ao longo de sua trajetória com atividades na agricultura familiar, justificando que “[...] um pouco é porque a gente tem medo de acessar, a gente começa pensar que na época tem que ter o dinheiro da parcela para pagar [...]”. O custeio se configura como a linha de financiamento mais acessada por esses agricultores, justamente para garantir a continuidade das atividades agropecuárias das lavouras, pecuária e outras atividades produtivas como o leite. O investimento [como uma linha de financiamento] também é utilizado para diferentes finalidades: construção de cercas, compra de máquinas (a exemplo, manejo do solo), tratores, aquisição

e/ou ampliação da infraestrutura da propriedade (a exemplo, resfriador de leite, sala de ordenha), bem como para compra de animais (a exemplo, vaca).

Os agricultores entrevistados explicitam aspectos sobre a contratação e utilização dessas linhas de financiamento: “[...] no nosso caso a maior parte é investimento, porque em só dois anos eu precisei do custeio para a fruticultura” (AGRICULTOR C). Já para outro agricultor “[...] o primeiro [investimento] foi feito para a reforma da estrebaria. Daí, nós também pegamos para comprar um resfriador de leite e depois para comprar três ou quatro novilhas, tudo no ramo do leite. E, agora peguei para a compra de um trator também” (AGRICULTOR G). O Agricultor F também registra sua experiência na linha de crédito investimento: “[...] Agora estou de novo há três anos pegando, todo ano é um pouquinho, mas sempre me ajuda. Eu financiei no Pronaf o chiqueiro. Na época financiei 15 mil, em seis ou sete anos para pagar” (AGRICULTOR F).

O agricultor D acessou crédito do Pronaf para custeio e investimento “todos os anos” e que “[...] neste ano [2015] investimos quarenta e cinco mil para fazer a sala de ordenha e [comprar] uma roçadeira e o ‘piá’ pegou quarenta mil e investiu com meu sobrinho em mais 10 novilhas e um touro. Por isso, estamos afundados nas dividas”. Por sua vez, no caso do agricultor B esse fez financiamento para investir na agricultura e na compra de vacas de leite: “[...] Quando eu financiei a primeira vez foi de 15 mil, depois eu financiei 10 mil para comprar quatro vacas e agora com o que fiz por último eu comprei mais sete vacas”.

Nesse contexto, os financiamentos com recursos para custeio e investimento têm apoiado as condições [muitas vezes básicas] para que os agricultores possam ampliar e diversificar suas atividades produtivas. Aquino e Schneider (2015, p. 60) ressaltam que o Pronaf tem avançado nas propostas de financiamento pelo fato de que as “[...] novas normas adotadas conseguiram sintonizar o programa com a diversidade da agricultura familiar brasileira, pois, contrariamente à versão de 1996, a lista de possibilidades de crédito mostra uma maior abertura”.

Os agricultores entrevistados externam sua percepção sobre o acesso ao crédito via Pronaf, com os devidos financiamentos para custeio e investimento, como “muito importante”. A agricultora A resalta nesses termos, detalhando a capacidade adquirida para efetuar a compra de equipamentos necessários e garantir estabilidade na conquista de novos financiamentos. “[...] O crédito Pronaf ajudou muito, hoje nós temos a camionete para puxar os produtos, porque teve o Pronaf. Daí teve o trator que também foi comprado, agora a irrigação. O Pronaf garantiu que a gente tivesse essa estabilidade para a gente ir conquistando”.

Os agricultores F e C destacam que hoje em dia o trabalho na agricultura se tornou melhor pelo uso de novos equipamentos e novas tecnologias. “O trabalho é bem mais leve e bem mais tranquilo porque com a enxada a gente não lida mais, de arado de boi também não. Não se faz mais muita força. O aviário é fácil de cuidar porque é tudo automático. Então é bem mais leve, facilitou bastante” (AGRICULTOR F).

Há, sem dúvida, porque tem equipamentos que vêm com a tecnologia para minimizar o trabalho pesado. Na agricultura hoje não se tem condição de trabalhar com aquele esforço pesado feito há trinta anos atrás e que nós fazíamos. O serviço pesado hoje você

não consegue mais acompanhar. Tem mais fluxo e mais rendimento no trabalho com máquinas e equipamentos. Isso tem ajudado bastante para melhorar a condição de trabalho no meio rural. (AGRICULTOR C).

Ainda, a qualificação das atividades produtivas é ressaltada pelo Agricultor A em face dos financiamentos firmados: “[...] nós estávamos com um tratorzinho velho, agora já compramos um trator novo. Melhoramos toda a ordenha de leite, a canalização e assim por diante”. Ainda, sobre a condição de trabalho “só na base braçal”, “mais com máquina” e a rentabilidade do financiamento, registra o seguinte: “[...] eu vejo assim, que o dinheiro que se pega do Pronaf dá uma rentabilidade maior, te sobra mais. [...] bem aplicado para te dar mais segurança e com menos esforço no trabalho, é mais com máquina. Para ficar na propriedade eu não tenho que trabalhar como antigamente”.

Associada às questões acima referidas, por fim, a fala do agricultor A marca a importância do Pronaf relacionada ao tempo disponível para participar da comunidade e viver em família, o que é vital para bem viver.

Ele [o Pronaf] é importante também porque nos ajuda a estar participando na comunidade, a gente investiu aqui e sobra tempo também para se relacionar socialmente dentro da igreja e da comunidade. Então, você não fica em excesso no trabalho. O Pronaf possibilita a oportunidade para você fazer suas atividades e ainda sobrar um espaço e viver um pouco a vida e não ficar só vivendo para o trabalho. (AGRICULTOR A, grifo dos autores).

Em contraposição ao que registra a fala do agricultor A, o agricultor I reclama que as atividades desenvolvidas com a produção de leite e da horta não têm permitido tempo disponível para outros momentos: “[...] tempo não sobra muito para descanso, quem lida com vaca de leite e horta é todo o dia. Não adianta, o serviço é puxado”. Os demais agricultores, igualmente aos anteriores, reforçam a importância do Pronaf, referindo-se à aquisição de equipamentos e a melhoria das condições de trabalho:

[...] os equipamentos vêm com a tecnologia para minimizar o trabalho pesado. Na agricultura de hoje não se tem condição de trabalhar com aquele esforço de trabalho pesado, que nós mesmos fazíamos há trinta anos. Hoje você não consegue mais acompanhar, para ter mais fluxo e rendimento o seu trabalho. As máquinas e equipamentos têm ajudado bastante. Aí, melhora a condição de trabalho no meio rural. (AGRICULTOR C).

O agricultor F chama a atenção sobre a importância dos financiamentos via Pronaf para subsidiar atividades laborais como silagem e limpeza de aviários, consideradas simples e, ao mesmo tempo, fundamentais no contexto das propriedades rurais:

[...] a gente tinha um tratorzinho pequeno e não conseguia fazer a silagem. E daí quando depende dos outros, na época da silagem, todos precisam fazer [...]. Assim, nós adquirimos e fazemos a silagem há alguns anos, além de fazer para nós, fazemos para os vizinhos também, se troca a hora e tal. Hoje ajudou, porque nós colocamos a concha no trator também para limpar esses aviários, puxar lenha, tem muito serviço [...]. (AGRICULTOR F).

O relato desse agricultor traduz um sentimento de autonomia no desenvolvimento do trabalho na propriedade. De acordo com o agricultor G, o Pronaf apóia especialmente àqueles que são menos capitalizados, proporcionando-lhes condições para investir e facilitar o trabalho rural familiar, em face das próprias dificuldades: “Acho que ajudou bastante, principalmente essas famílias que não tinham tanto poder de investimento”.

A importância social e o aumento de cobertura do Pronaf em âmbito nacional, desde sua implantação em 1996, são reconhecidos por estudiosos deste tema. Apesar disso, identifica-se a necessidade de melhorias e avanços para contemplar agricultores que ainda estão à margem de acessar o referido Programa. Nessa direção, Bianchini (2015, p. 97) relata que “como o Brasil tem aproximadamente 4,3 milhões de agricultores familiares, o Pronaf pode crescer nas diferentes tipologias, dos mais pobres aos mais capitalizados, em todas as regiões do país”.

Entre as possibilidades de ampliação do acesso ao Pronaf, o fortalecimento de outras linhas de financiamento do Pronaf (Jovem e Mulher) assume papel estratégico, pois contemplam outros projetos das propriedades rurais familiares. Além disso, essa expansão do Programa depende também do fortalecimento das cooperativas de crédito rural (BIANCHINI, 2015).

Os agricultores entrevistados atribuem importância ao Pronaf como política pública de crédito rural voltada ao segmento rural familiar no que concerne aos investimentos aplicados e à viabilidade em desenvolver as atividades produtivas em suas pequenas propriedades rurais. Os agricultores A, H e J reforçam tal importância, indicando sobre a necessidade que hoje em dia os agricultores familiares têm em acessar financiamentos facilitados pelo Pronaf, de forma que possam fortalecê-los para que permaneçam com suas famílias e em suas comunidades rurais: “Os agricultores que a gente conhece [...] que financiaram o Pronaf e souberam investir esse dinheiro, todos eles tiveram retorno” (AGRICULTOR, H); “[...] se pegar o Pronaf com a taxa de juro que se tem, com esse incentivo pode ocupar o dinheiro para investir dentro da propriedade [...]” (AGRICULTOR, J); “A gente tem a oportunidade de melhoria. [...] é uma fonte que dá para a gente dizer que dá sustentabilidade pelo que a lei fala, ela é verdadeira. Porque nós na nossa propriedade temos sucesso” (AGRICULTORA, A).

Dentre os agricultores entrevistados, apenas o agricultor J, sinalizou a possibilidade por si só de realizar investimentos e custeios em sua atividade rural caso não existisse financiamento via Pronaf. Contudo, não significa que deixaria de acessar esses recursos por viabilizar o seguro agrícola e permitir com os recursos que lhes são próprios, investir para outros fins familiares. Já os demais agricultores entrevistados ponderam, considerando suas próprias condições, que o Pronaf é indispensável, por não disporem de recursos (muitas vezes mínimos) para realizar investimentos em suas propriedades e, ao mesmo tempo, para o custeio de suas atividades produtivas.

Na verdade, sem o Pronaf, não dá. Porque recursos próprios não se têm. Não temos como a gente tirar vinte mil para comprar vacas à vista. Que nem eu comprei essas últimas sete eu paguei 21 mil. [...] sobra pouco no mês. Nós somos duas famílias. Quem vende não vai te esperar para pagar por mês, geralmente vai querer à vista. (AGRICULTOR B).

A busca pelo financiamento e, em consequência, o “endividar-se”, conforme narraram, constitui-se num momento decisivo, pelo fato de gerar preocupação [familiar] para saldar o compromisso assumido com o crédito contratado. Reforça-se o que apontou o agricultor K, ao expressar “[...] a gente tem medo de acessar, a gente começa pensar que na época tem que ter o dinheiro da parcela para pagar.” Diferentemente, o agricultor D, mesmo preocupado em assumir o compromisso, buscou conhecer experiências de outros agricultores e orientação de familiares, “[...] eu fiquei um ano e meio pensando para arrumar o aviário. Fomos eu e a mulher lá em Caxambu do Sul [SC] olhar. Quando meu mano veio de Porto Alegre [RS] fomos a Águas de Chapecó [SC] olhar. Fiquei um ano e meio, aí investi” (AGRICULTOR E).

Durante o período em que as entrevistas foram realizadas (entre 26 de junho e 22 de agosto de 2015), ocorreu o lançamento do “Plano Safra 2015/2016”, que, por sua vez, apresentou mudanças nas condições de financiamento, especialmente, alterando a taxa de juros dos novos contratos a partir de julho de 2015. Esse fato foi mencionado pelos agricultores A, C, I e J, que se mostraram muito preocupados com essa alteração que tornará mais elevado o custo geral nas contratações do crédito, podendo limitar ou até mesmo inibir a efetivação de novos financiamentos pelo programa.

Nessa direção, os agricultores J e I tecem considerações sobre a questão da alteração da taxa de juros no Programa. “[...] O Pronaf investimento – Mais Alimentos que era fixado em dois por cento ao ano, sendo que até 10 mil, antes era um por cento ao ano. Daí, pegava-se mais recursos e mudava para dois por cento e meio. Agora, está em três e meio ou quatro por cento ao ano” (AGRICULTOR, I). E a percepção para o Agricultor J sobre a alteração da taxa de juro do financiamento foi assim descrita, “Isso vai judiar os agricultores; eu já estava financiando um trator maior que nós estamos precisando, ‘sentei para trás’, [...] nós íamos pegar, ‘bem dizer’, dois financiamentos, daí ‘caímos fora’, vamos ficar com nosso trator velho mais uns anos, está muito caro o juro”.

Outra questão levantada pela maioria dos agricultores familiares está relacionada à fiscalização sobre a utilização dos recursos do Pronaf. Relatam identificar diversas experiências de agricultores vizinhos e/ou conhecidos que não realizaram o investimento na devida finalidade para a qual contrataram. Essa situação é exemplificada pelo agricultor E, quando diz ter conhecimento de um caso em que o agricultor contratou Pronaf para aquisição de vacas e que não utilizou os recursos para esse fim. A utilização da linha de financiamento Pronaf Mais Alimentos, tem apresentado desvios, especialmente, quanto à finalidade da compra de veículos utilitários, o que, em alguns casos, esse tipo de veículo passa a ser adquirido para favorecer terceiros e, em decorrência, outras finalidades.

Outra questão remete à burocracia nos processos administrativos para contratação do Pronaf, mesmo que, anteriormente, alguns agricultores tenham apontado que tais processos estejam mais facilitados, ao avaliarem de forma positiva a atuação e o atendimento da Cresol Chapecó. O Agricultor H reclama sobre a exigência de muitos documentos e procedimentos que ainda persistem para poder acessar o crédito, trazendo a seguinte comparação: “só falta pedirem o teste do pezinho do agricultor”.

Associada às questões anteriores, a Agricultora A faz referência quanto à distribuição do que se aplica na agricultura familiar e o que se aplica no



agronegócio, que ainda apresenta uma significativa diferença, sendo que a maior parte dos recursos tem sido destinada ao modelo patronal de agricultura, “[...] que pena que os governos [ainda] não entenderam essa lógica que é o Pronaf. Tinha que dar mais incentivo. É muito mais dinheiro que vai para o agronegócio do que para o Pronaf. Para o Pronaf fica uma migalha perto de tudo o que vai para o agronegócio”.

Complementarmente ao que referencia a agricultora A, o agricultor C posiciona sua visão sobre o Pronaf: “[...] eu vejo que é uma política pública boa, avançou, mas tem muito para melhorar. Primeiro porque, o Pronaf tem um volume significativo de recursos para implementar, mas a maior parte do Pronaf está sendo para financiar o modelo agroindustrial”. Sobre isso Gazolla e Schneider (2013) afirmam que o Pronaf, como política específica para agricultura familiar, necessita de significativos avanços para fortalecer a diversidade de produção (policultura), característica que historicamente marcou o setor da produção familiar.

O Pronaf, na percepção dos agricultores familiares entrevistados, mostrou-se importante e efetivo pelas seguintes razões: (a) representa o reconhecimento do segmento da agricultura familiar, como resultado da luta dos movimentos sociais desses agricultores; (b) é um instrumento de financiamento de atividades produtivas na agricultura familiar; e, (c) é dinâmico, capaz de melhorar as condições de trabalho e renda e modo de vida familiar. Esses mesmos sujeitos reconhecem a necessidade de avanços do programa, levantando preocupações quanto à destinação, fiscalização e condições futuras de financiamento. Outro aspecto observado pelos agricultores diz respeito à assistência técnica. Para o agricultor I, é preciso assegurar “[...] um pouco mais, um veterinário, um técnico agrícola, um agrônomo que tivesse mais disponibilidade, que nem tem a Epagri<sup>9</sup>, mas ela [a Epagri] ‘mal e mal’ vence os serviços”.

Por fim, o agricultor F considera a questão da “não sobra de renda” como uma questão que afeta os agricultores familiares, em face dos investimentos exigidos constantemente. A gente luta para sobreviver, não conseguimos sobrar dinheiro. “A gente tem compromissos e a gente não quer ficar sem honrar. Uma coisa puxa a outra: depois do aviário vêm outras coisas que tem que ir melhorando, porque as empresas exigem ‘aqui e ali’ [...]”.

O conjunto dos elementos contidos nas narrativas dos agricultores entrevistados, traduz reconhecimento de alcances do Pronaf como política pública para concessão de crédito rural, pela sua potência em contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do segmento rural familiar, financiando atividades produtivas e incidindo nas condições do trabalho agrícola. Não obstante, reconhecem também aspectos que merecem ser melhorados em sua oferta e acompanhamento, especialmente no que se refere à ampliação de recursos para outras linhas de financiamento, apoio técnico, estabilidade e menores taxas de juros, além de uma maior fiscalização dos recursos contratados.

## CONCLUSÃO

<sup>9</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

No âmbito brasileiro, a situação vivenciada pela agricultura familiar no acesso ao crédito não se alterou até meados da década de 1990. Esse fato desencadeou processos de lutas e movimentos reivindicatórios junto ao Estado, promovidos por categorias sindicais ligadas à agricultura familiar para que se reconhecesse a importância socioeconômica da agricultura familiar. Desse modo, com a criação do Pronaf no ano de 1996, passa-se a conceder uma linha de crédito rural específica para agricultura familiar, na busca pelo seu fortalecimento e desenvolvimento por meio das linhas de financiamento.

A percepção dos agricultores familiares entrevistados sobre o acesso aos recursos via Pronaf, pode ser compreendida sob dois ângulos. De um lado, com destaques afirmativos, ao declararem sobre sua importância como política pública de crédito, diretamente para a propriedade e para sua família. Nesse caso, destacam-se: - o envolvimento político e a participação de agricultores nos processos de efetivação do acesso de crédito rural na região; - suas experiências de contratação; - as oportunidades de melhoria nas condições de trabalho; - melhoria das condições do ambiente e vida familiares, pelo acesso a bens duráveis e possibilidade de investimento futuros para seus familiares. Para a maior parte dos agricultores entrevistados, o acesso aos recursos do Pronaf se torna uma condição para realizar os investimentos necessários, especialmente na infraestrutura e na compra de máquinas e equipamentos, o que por conta própria muitas vezes não poderiam ser viabilizadas. Essa condição, que afeta em especial, os agricultores menos capitalizados, reforça a importância do Pronaf para promover a inclusão sócio-produtiva no contexto da agricultura familiar. Além disso, o Pronaf tem contribuído para melhoria das condições de trabalho vivenciadas pelos agricultores familiares, a partir da possibilidade (via financiamento) de efetuarem o custeio da produção, a compra de tratores, máquinas e outros equipamentos e, com isso, deixarem de lado boa parte do trabalho braçal. Nesse sentido, o Programa assume um papel importante ao subsidiar os meios de trabalho e de produção no campo.

De outro lado, o acesso aos recursos do Pronaf tem gerado preocupações em meio aos agricultores entrevistados, com destaque para os temas relativos ao risco de endividamento e ao processo burocrático de acesso a esses recursos. Desse modo, como política pública de crédito rural para financiamento de atividades produtivas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, torna-se necessário rever aspectos contratuais (critérios e exigências de enquadramento dos agricultores familiares), de ampliação da cobertura, da cobrança de juros e da fiscalização na aplicação dos recursos. Tudo isso, traduz-se em desafios a serem enfrentados pelo Estado brasileiro e pelo segmento rural familiar, considerando que inúmeras famílias agricultoras ainda estão à margem do referido Programa.

De modo geral, o Pronaf se revela efetivo para os agricultores familiares entrevistados, na relação com as finalidades estabelecidas em seus ordenamentos legais. Contudo, evidencia-se que o Pronaf necessita ser ampliado em novas dimensões: linhas de financiamento que possibilitem e incentivem a diversificação produtiva das propriedades familiares; aumento da produção de alimentos; ampliação da comercialização; maior acesso às orientações técnicas, etc.

Considera-se que os argumentos teóricos utilizados e os registros dos agricultores entrevistados refletidos neste artigo, posicionam a relevância social e produtiva do Pronaf como política pública de crédito, em apoio ao fortalecimento

e desenvolvimento da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, indicam questões que desafiam o próprio Programa. Nessa perspectiva, reforça-se a importância de se estabelecer um “debate sempre aberto” sobre o Pronaf. E, mais, a importância de vincular tal debate a outros estudos que abordem sobre políticas públicas específicas voltadas ao segmento rural familiar, sempre valorizando o diálogo com seus participantes, os agricultores familiares.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **(Des) caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1, Natal-RN, 2010. **Anais...** Natal-RN, 2010.

\_\_\_\_\_. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo; Pioneira Thomson Learning; 2 ed; 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense.** Chapecó: Argos. 2005.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios.** Brasília: SAF/MDA, 2015.

BRASIL. Banco Central do Brasil. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 1 set. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 70-82, abr. 1997.

CAZELLA, Ademir Antonio; BERRIET-SOLLIEC, Marielle. O papel das cooperativas de crédito na territorialização das políticas de apoio à agricultura familiar – O caso do movimento cooperativo no estado de Santa Catarina. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5, Ribeirão Preto -SP, 2008. **Anais...** Ribeirão Preto, 2008

DORIGON, Clovis; REITER, Janice Maria Waintuch; MIOR, Luiz Carlos; MONDARDO, Marcia; DALBELLO, Osvaldir; MARCONDES, Tabajara. **As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina.** Florianópolis: Epagri, 2011.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. 278f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 045-068, jan./mar. 2013.

GAZOLLA, Marcio. A diversidade da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 82-103.

GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169 jul./dez. 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GODOY, Arilda Schmidt; Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

KONRAD, Joice; SILVA, Clécio Azevedo. Agricultura Familiar no Oeste Catarinense: Da colônia à integração. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012. **Anais...** Uberlândia, 2012.

KROTH, Darlan Christiano. A agroindústria do oeste catarinense e o desenvolvimento regional sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século. In: CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Orgs.). **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER/BNB, 2006.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do pronaf no brasil. **Raízes**, v.35, n.1, jan-jun /2015.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; ARAÚJO RODRIGUES, Raquel Fernandes de. O Trabalho Familiar Extrativista Sob a Influência de Políticas Públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, vol. 52, supl. 1, S 189-204, 2015.

OLIVEIRA, Luis Fernando Tividini; SILVA, Sandro Pereira. Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no oeste catarinense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 4, p. 705-720, 2013.

PATTON, M. Q. Qualitative Analysis and Interpretation. In: PATTON. M. Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**. Thousand Oaks: SAGE, 2000.

PICINATTO, Abner Geraldo; CAMPOS, Arnaldo Anacleto de; BITTENCOURT, Gilson Alceu; BIANCHINI, Valter. **Cartilha do Pronaf Crédito**. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. 2000.

RAMBO, Fabiano Lazarotto; BONAMIGO, Irme Salette. **O Programa Pronaf Mais Alimentos: um estudo de caso da microregião de Pinhalzinho (SC)**. 2014. 106f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

RENK, Arlene Anélia. **Sociodicéia às Avenças**. Chapecó: Grifos, 2000.

RENK, Arlene Anélia; DORIGON, Clovis. **Juventude Rural, Cultura e Mudança Social**. Chapecó. Argos, 2014.

RENK, Arlene Anélia; WINCKLER, Silvana. Conflitos socioambientais no oeste de Santa Catarina: desenvolvimento e (anti) ambientalismo. In: SOUZA-FRANCO, Gilza Maria; RENK, Arlene Anélia (Orgs.). **Região, sociedade e ambiente**. Chapecó, SC: Argos, 2013.

SANT'ANNA, André Albuquerque; FERREIRA, Francisco Marcelo Rocha. **Visão do desenvolvimento**. Crédito Rural: da especulação a produção. Brasília: BNDES, 2006.

SANTO, Evelise Espírito. **A agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento**

**da Agricultura Familiar.** Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). **Trabalho familiar, comércio e reprodução social campesina.** São Leopoldo: OIKOS, 2015.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUSA, Jânia Maria Pinto; VALENTE JUNIOR, Airton Saboya. Análise das liberações dos recursos do Pronaf: descentralização das aplicações de rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44 anos, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza, 2006. 1 CD-ROM.

SPANVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Polis – Revista Latinoamericana**, v. 44, 2016.

TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz Carlos; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense:** (proposta para discussão). Florianópolis: Epagri, 1996.

TOLEDO, Elizário Noé Boeira; SCHNEIDER, Sergio. **O Pronaf em Salvador das Missões: Contradições de uma política de crédito.** 2009. 186f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado.** Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2015.

VICENZI, Renilda. Mito e história na colonização do oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2008.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis. . In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Org.). **Trabalho familiar, comércio e reprodução social campesina**. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

**Recebido:** 01 ago. 2018.

**Aprovado:** 22 set. 2018.

**DOI:** [10.3895/rbpd.v7n5](https://doi.org/10.3895/rbpd.v7n5)

**Como citar:** FOSSÁ, J. L.; COMERLATTO, D.; MATTEI, L. F. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 670-693, Edição Especial Desenvolvimento Sustentável Brasil/Cuba, out. 2018.. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Dunia Comerlatto  
Servidão Anjo da Guarda, 295-D - Efapi, Chapecó – SC

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

